

PONTOS DE VISTA: O que pensam outros especialistas?

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS: um cenário para muitos atores

Carlos Augusto Abicalil*

Plano de intencionalidade

Pretendendo constituir um conjunto de diretrizes de política em processo contínuo de atualização e negociação, cujo horizonte deverá coincidir com a reconstrução do sistema nacional de educação básica, o Plano Decenal (PD) deve permanecer aberto a novas contribuições, necessárias para dar conta da imensa complexidade do diagnóstico levantado. Sair da esfera governamental é seu grande desafio imediato, sobretudo se tivermos em conta a proximidade das eleições quase gerais que atenuam as expectativas de que seja algo mais do que carta de intenções.

O diagnóstico: grave

O corajoso diagnóstico levantado em nível nacional revela a realidade há muito conhecida dos trabalhadores em educação, especialmente na rede pública de 1º e 2º graus. Este contingente de mais de 2 milhões de brasileiros, entre os quais 1,3 milhão de professores, soma-se ao conjunto das vítimas das po-

* Secretário de Assuntos Educacionais do Conselho Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE).

líticas de destruição do ensino básico levadas a efeito por uma rede de interesses hegemônica por interesses inversos aos da maioria da população. A privatização do Estado, a inconsistência de políticas públicas de largo alcance social, a instituição de castas privilegiadas às custas de dinheiro público, a prática do clientelismo mais irresponsável foram características gerais da administração da coisa pública, que se aliou, tragicamente, à aguda crise econômica e aos enormes desequilíbrios sociais que compuseram o perfil dos indicadores de exclusão que constituem uma "vergonha mundial".

Estes fatores, indubitavelmente, deterioraram a escola pública, produziram resultados desastrosos sobre as condições de trabalho, a carreira e os patamares salariais do magistério e dos demais profissionais envolvidos com a tarefa educativa. Se, por um lado, pode-se comemorar a melhoria da titulação dos professores, por outro, há que reconhecer-se que os resultados educacionais do ponto de vista da qualidade e da universalização do ensino básico pouco se alteraram.

O Plano Decenal incorpora a necessidade de superar as deficiências de ordem material das instalações físicas e dos equipamentos escolares. Afirma, todavia, que há "graves problemas de ordem pedagógica": "enorme variabilidade nos objetivos de aprendizagem", "aquisição de competências comunicativas é dificultada pelo formalismo do ensino de Português", "o desenvolvimento de competências intelectuais é insuficiente" (PD, p.23).

Sobre a efetividade e relevância do ensino, reconhece que "as escolas geralmente operam com pouca ou nenhuma definição de seus objetivos de aprendizagem, precários métodos de constru-

ção curricular e (...) os professores enfrentam grandes dificuldades para formular estratégias eficazes de ensino.

Formação X condições de trabalho

Nestas considerações, saltam aos olhos as imensas disparidades de ordem econômica, social e cultural que tal estado de coisas vem reforçando.

Questões graves sobre a formação inicial do professor e sobre o espaço de trabalho coletivo e de formação continuada que deveriam ser ofertados pelos sistemas públicos ficam ressaltadas.

A necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho ainda é uma variante que continua determinando a formação inicial do professor em nível de segundo grau, notadamente na rede pública, que vem ofertando a possibilidade de ingresso profissional de boa parcela da juventude no mercado de trabalho formal. A queda da qualidade do ensino fundamental alcança seus efeitos também sobre as escolas do nível médio e superior que formam os profissionais de magistério.

Depois de formados, as condições de trabalho nas escolas de ensino fundamental obedecem, via de regra, a uma perversa lógica de jornadas parciais, que justificam baixos salários, incentivam a acumulação de cargos, impedem a identificação com um único local de trabalho, impõem a multiplicidade de empregos e a absoluta falta de tempo para a preparação das atividades pedagógicas para além da repetição dos esquemas ditados pelos livros didáticos e pelas orientações curriculares,

definidos por especialistas desde cima e de fora das escolas reais. Conforme haja condição de avanço na qualificação, a busca de outras carreiras tem servido de motivação para boa parte dos professores da educação básica saírem do exercício do magistério. A carreira é estimulada para fora. A corrida é por outras possibilidades de realização profissional em melhores condições. Com tais perversidades, não se alcançarão resultados diferentes apenas alterando-se métodos e técnicas de definição de objetivos ou de avaliação. Há um substrato material e de relações de trabalho anterior a ser resolvido e para o que não se pode secundarizar as atenções.

Gestão X efetividade — novos horizontes

Há, por outra parte, uma necessária alteração das relações de poder dentro do sistema. A gestão hierarquizada e verticalizada, que nega a participação dos professores, funcionários, pais e estudantes na definição das políticas pedagógica, administrativa e financeira das unidades escolares, corrobora este processo de conservação do *status quo*.

Não há como assegurar a efetividade do processo educativo sem alterar a concepção da jornada de trabalho docente, entendendo a atividade extraclasse como condição intrínseca à atividade de magistério. Neste sentido, a definição da jornada de trabalho do professor deve prever um percentual de horas semanais para atividades coletivas, onde a identidade, os objetivos de aprendizagem e a construção curricular se dão; para as atividades de elaboração do material didático e de modalidades de avaliação para além do que já é do receituário "tradicional"; para a

formação continuada; para o contato com a comunidade em torno da escola, com os pais e as organizações sociais que compõem o tecido sobre o qual a escola trabalha.

A dedicação integral à escola, com jornada de 40 horas semanais, 50% das quais dedicadas às atividades extraclasse, é fundamental. O incentivo à dedicação, exclusiva deve ser o complemento, a partir do qual aqueles que desejam trabalhar somente na escola pública possam aliar teoria e prática, ensino e pesquisa, desde o ensino fundamental.

É preciso ter clareza em compreender que o quadro escandaloso da ineficiência da educação básica brasileira é herança de um longo percurso histórico e que o desvio para novos patamares há que contemplar interesses complexos. A definição das chamadas "competências" e "habilidades" não pode se subordinar apenas à lógica do mercado, numa modernidade cuja regra é a exclusão cada vez crescente da maioria. A educação básica tem de ter um compromisso inarredável com a formação da cidadania. Ao se definirem os padrões básicos, algumas questões têm de estar bem resolvidas: quem define estes padrões? que implicações terão sobre os alunos? sobre os professores? sobre a sociedade? sobre os governos?

A avaliação dos resultados é, assim, um problema não meramente metodológico ou quantitativo. É, fundamentalmente, um processo qualitativo perpassado por concepções de mundo, de sociedade, de humanidade, que demandam um projeto mais global que o meramente educativo. Ao se assustar com o quadro de evasão dos alunos da escola fundamental, não se pode deixar de considerar o agravamento da evasão de professores. Em ge-

ral, dos mais qualificados, com boa parte da carreira já percorrida. A avaliação do sistema não pode se deter apenas na apreciação do produto final. Há todo um processo para ser invertido, que precisa ser levado em conta para almejar uma mudança significativa de "produtividade".

Os riscos dos diagnósticos parciais

Uma vertente bastante forte das forças que apregoam uma "reforma" da educação brasileira tem vínculos muito estreitos com as teorias de "Estado Mínimo", muito preocupadas em difundir a ineficiência do serviço público para consolidar um campo propício à redução das responsabilidades do poder público e à desregulamentação das diversas atividades, inclusive educacionais. Em boa medida, essa é a razão pela qual as avaliações determinadas pelas instâncias de decisão verticalizadas têm encontrado tamanha resistência dos professores. Há um risco muito sério de se identificar responsabilidades no "fim da linha". Os diagnósticos levantados por diversas secretarias de educação têm indicado a necessidade de vincular a carreira à produtividade. É uma flexibilização pelo desempenho, pela produtividade, a partir de uma avaliação externa (do produto-aluno), e dos objetivos mínimos e das diretrizes do currículo. Ora, em que medida as entidades do magistério, estudantis, sindicais, não-governamentais tiveram participação nessas avaliações? O que fazer a partir dos diagnósticos? Qual o risco de esvaziamento das áreas periféricas e das situações especiais? Quem e como premia ou pune os atores?

Para os trabalhadores em educação, todavia, a carreira, antes

de ser flexibilizada, precisa trilhar dois eixos: remunerar adequadamente e incentivar a ascensão. As etapas intermediárias de revisão/avaliação periódica para definir a evolução na carreira é muito mais questão de gestão e de definição de critérios, de controles que devem ser permanentemente negociados entre as partes envolvidas nas relações de trabalho.

Hoje, contudo, o professor que faz carreira (no sentido de ser bem-sucedido socialmente) é aquele que sai do ensino básico. A questão salarial é preponderante. Há estados remunerando o professor de ensino fundamental com R\$38,00 mensais (RN). Outros, praticamente extinguiram a carreira, estacionando quase todos os professores com remuneração em R\$165,00 mensais (RJ). Com níveis salariais tão distintos e tão baixos, não será possível dar passos significativos e permanentes rumo à superação de iniquidades tão grandes e de eficiência tão pequena. Há estudos de viabilidade financeira que comprovam a exequibilidade de um salário médio de R\$472,00 para o magistério público brasileiro, mantidos os patamares de destinação orçamentária exigidos pela legislação vigente. Obviamente, supondo-se uma articulação adequada entre a União, os estados e os municípios, com a efetiva prática do princípio de complementaridade. Se, por outro lado, fossem combatidas a sonegação e a evasão fiscal, o cenário poderia pintar cores mais agradáveis ainda.

Ações de superação: qual o nosso papel?

A admissão de um Piso Salarial Nacionalmente Unificado, com diretrizes de um Plano Nacional de Carreira para o magistério, mesmo que com implantação gradativa, atuaria de modo defi-

nitivo como propulsor das mudanças que o PD exige. As "parcerias" propugnadas nas estratégias para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo teriam encontrado boa parte de suas condições preliminares. Qual, portanto, o papel dos trabalhadores em educação no PD?

Não é o de meramente ser o executor. Muitos papéis precisam ser exercidos, ainda, na elaboração do plano, a fim de possibilitar que saia da condição de carta de intenções e alcance a expectativa de um conjunto de ações. Na proposição dessas ações, nós, trabalhadores, temos muito que influir, que intervir, seja através das discussões nas comunidades escolares e nos fóruns, seminários e conferências pelos diversos estados e municípios, seja através de nossas mobilizações próprias, campanhas, congressos e demais atividades sindicais que reclamam condições dignas de trabalho e de salário, respeito à carreira docente, gestão democrática do ensino e investimento público que garanta uma escola de boa qualidade.

Definir como metas a serem atingidas pelo PD, o Piso Salarial Nacionalmente Unificado; o Plano Nacional de Carreira, com tempo de atividade extraclasse compondo a jornada de trabalho e viabilizando a formação continuada; a gestão democrática da escola pública, com a eleição dos diretores e dos órgãos colegiados paritários como instância máxima de deliberação nas unidades escolares; a aprovação da nova LDB que discipline a educação escolar e institucionalize os instrumentos de sua operacionalização sistêmica dentro dos princípios definidos na Constituição de 1988.

Assumir nosso papel no PD é atuarmos em todos os espaços,

em todos os cenários em que esteja presente. É superar a sua concepção como tarefa e competência exclusiva das esferas do

poder público. É assumi-lo como espaço de denúncia e de construção de um projeto de educação para um Brasil Cidadão.